

A NEGAÇÃO FREUDIANA: FISSURAS NA RAZÃO CARTESIANA E NA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA

Leila Ripoll*

Resenha do livro FREUD, S. *A negação*. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

A reedição recente desse texto freudiano, feita pela Cosac Naif, além do primor editorial que é uma marca da editora, nos brinda com o prazer de ler uma bela tradução, acompanhada de uma introdução com os comentários da tradutora, Marilene Carone, e de um denso e conciso trabalho de interpretação do texto freudiano por Vladimir Safatle. Traz, ainda, uma entrevista com Newton da Costa sobre o interesse de sua lógica paraconsistente para a psicanálise lacaniana e um artigo de Andrés Raggio sobre a negação e a lógica paraconsistente de Newton da Costa. Em suma, uma publicação muito importante que extrai inúmeras consequências teórico-clínicas desse pequeno texto seminal de Freud.

Carone situa *A negação* no conjunto de obras de acabamento do edifício freudiano, embora, segundo o próprio Freud, o texto coloque em cena novas zonas obscuras que exigirão o trabalho do pensamento. Bem, é a isso que se propõe essa nova edição mediante os trabalhos que a acompanham.

O comentário de Freud para Abraham, de que “é quase vergonhosa” a dificuldade que encontrou na compreensão dessas relações mais fundamentais até então inexploradas, mostra que percebeu o quanto era crítica a questão que levantava ao abordar a questão da negação. Para além das inúmeras e importantes consequências clínicas, no cerne dessa questão está a função do juízo cuja complexidade Freud explicita:

A função do juízo tem essencialmente duas decisões a tomar: ela deve conferir ou recusar a uma coisa uma determinada qualidade e deve

* Psicanalista. Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP). Doutora em Ciências em Engenharia de Computação (COPPE/UFRJ, 1990).

admitir ou contestar se uma representação tem ou não existência na realidade (FREUD, 2014, p. 23).

Escolhi centrar meu comentário sobre as formulações acerca da função do juízo devido à atualidade da contribuição freudiana nesses tempos atuais, em que há uma crença inabalável na racionalidade científica e nas soluções comportamentais para o sofrimento psíquico.

Freud mostra a importância do sentido da negação na origem psicológica da função intelectual do juízo já que, ao negar algo, de fato, o sujeito está afirmando que se trata de uma relação de sentido que preferiria reprimir. Essa função foi estabelecida a partir da experiência da percepção/satisfação, e, para Freud, isso não se dá como um processo passivo. Assim, os julgamentos são construídos no processo de constituição subjetiva, originariamente orientado pelo princípio do prazer, que regula a inclusão ou não de algo no ego, e também pelas experiências de recalque. A função do juízo só será possível com a constituição do símbolo da negação e mediante certa independência das consequências do recalque e das exigências do princípio do prazer.

Ao associar diretamente o símbolo da negação ao jogo das moções pulsionais primárias, Freud desconstrói toda uma racionalidade cartesiana do pensamento e também a afirmação de uma verdade inquestionável caucionada pelos parâmetros da lógica clássica. Abre, assim, um rombo no supostamente neutro edifício da ciência e nos raciocínios “bem-formados”. É a partir daí que o pensamento lacaniano vai explorar, com vigor, a descoberta freudiana.

De fato, como mostra Safatle,

(...) Freud não admite distinções entre o sujeito psicológico e o sujeito do conhecimento. Conhecimento e interesse são atividades que se sobrepõem, o que o leva a procurar compreender como as funções do julgamento podem ser estruturadas a partir das dinâmicas pulsionais. E, se há uma similaridade entre o pulsional e as estruturas do julgamento é porque o psicológico constitui o lógico (SAFATLE, 2014, p. 44).

Nesse processo em que se constitui o lógico, estão em jogo dois tipos de julgamento: os julgamentos de atribuição e os julgamentos de existência,

sendo que os primeiros estão numa posição originária e têm uma prevalência sobre os últimos. Portanto, conforme nota Safatle, quando Freud cita o “princípio da realidade” não está, em absoluto, referindo-se a uma realidade comum objetivada, mas sim a uma prova de realidade que, driblando os desvios do recalque, busca realizar o princípio do prazer.

Ou seja, todo o problema da afirmação da existência supõe o reencontro do objeto cujas qualidades foram atribuídas atendendo ao princípio do prazer. Mas, então, se pergunta Safatle: qual o sentido da negação nesse reencontro do objeto? A razão é que haveria realmente sempre algo de inadequado no objeto percebido, algo que escapa.

De fato, essa inadequação está posta desde sempre já que para Lacan (2012, p. 135) a separação característica que produz o solo constitutivo de um sujeito não é a separação do corpo da mãe, que poderia, de algum modo, vir a ser entendida como uma metáfora da negação clássica. O processo originário de separação entre o eu e o não-eu se inicia, não pela separação da criança do corpo da mãe, mas pela separação vital entre o feto e seus invólucros embrionários, nessa fase pré-especular em que se produz objeto *a*, como primeiro resto dessa separação. Esse *a* é a primeira manifestação dessa inadequação e, por isso, condição preliminar de todo objeto de desejo e de todas as suas estranhas aparições posteriores que devem então ser negadas.

O corte constitutivo do sujeito é produzido mediante uma falta-a-ser e um resto. É a existência desse resto, causa do desejo, que sustenta o argumento de Safatle para marcar a distinção entre a negação freudiana e uma interpretação de Hyppolite da negatividade própria ao processo hegeliano de constituição da consciência de si. Assim, Safatle mostra que a negatividade hegeliana é uma negatividade sem restos, passível de ser inteiramente inscrita num processo sublimatório e retorna ao texto freudiano para retirar as consequências clínicas dessa distinção e apontar sua interpretação da negação na fala do analisando.

Através da negação, o sujeito diz duas coisas. Ele diz qual o objeto imediato de seu desejo; por isso ele afirma algo. Mas ele diz também que tal objeto lhe apareceu como desejante apenas por ter permitido que algo de radicalmente heterogêneo encontrasse uma forma de se manifestar em sua fala; por isso ele nega algo (SAFATLE, 2014, p. 49).

Lacan (1967-68), ao tratar o tema da negação, no seminário de 28 de fevereiro de 1968, apresenta a fragilidade do argumento que interpreta a afirmação freudiana “o inconsciente não conhece a contradição”, reduzindo-a apenas à falha da operação gramatical: $\neg(\neg A)=A$, e insiste que, na gramática, o lugar em que o sujeito da enunciação está mais visível é exatamente no uso deste “não” (na fórmula acima representado por \neg)

Finalmente, faço algumas rápidas observações sobre os textos de Newton da Costa e Andrés Raggio. A longa entrevista de Newton da Costa tem o grande mérito de descrever a extrema complexidade das possíveis aproximações entre a Lógica e a Psicanálise. É preciso evitar o simplismo de inúmeras teorizações selvagens! Por exemplo, embora Costa reconheça o interesse em lançar mão do Teorema de Gödel como recurso para aludir ao caráter de incompletude e autorreferência de certos conceitos lacanianos, este é um teorema da aritmética extremamente complexo e Costa diz estar “cansado de ouvir tantas barbaridades a respeito desse teorema” (DA COSTA, 2014, p. 84).

Ele afirma literalmente que “formalizar não significa colocar uma disciplina numa camisa de força”. E, mais importante ainda: “a formalização, o formalismo por si mesmo, não resolve problema nenhum, em ciência nenhuma. Nem esgota toda a ciência” (DA COSTA, 2014, p. 67). Além disso, destaca, priorizando a experiência em relação à formalização: “Quase todas as nossas inferências realmente importantes não são dedutivas, são indutivas” (DA COSTA, 2014, p. 65).

No entanto, mesmo atentando às singularidades de cada campo, como acontece nos trabalhos citados, é preciso que nos perguntemos sobre a pertinência dessas intrincadas aproximações para uma melhor compreensão conceitual e para uma efetiva relação dessa produção teórica com a experiência analítica. Creio que essa é uma questão extremamente complexa, mas gostaria apenas de apontar um problema que me parece crucial.

Algumas dessas formulações, de algum modo, pressupõem o campo da psicanálise como a-histórico e estruturado como um saber lógico que se constrói sobre uma linguagem esvaziada de corpo, de intensidade e de história. Vide, por exemplo, a afirmação de Costa na sua busca de princípios lógicos que expressem o discurso analítico, ou seja, um discurso onde há contradições e não vale o princípio do terceiro excluído. Costa afirma que o que se busca são invariantes:

(busco) uma lógica que seja realmente a lógica que me dê alguns invariantes do discurso analítico. Que seja comum a todo discurso analítico. Qualquer que seja o analista, qualquer que seja o discurso, você constata que pode haver contradição. Essa circunstância é um invariante do discurso analítico, ao que tudo indica (DA COSTA, 2014, p. 76).

Para não sermos recapturados na vontade de domínio racional presente em qualquer lógica, talvez seja mais produtivo pensar o discurso analítico na sua inserção histórica e a linguagem, fantasmaticamente, naquilo que Borges descreve, com muita ironia, em seu ensaio *La biblioteca de babel*:

Afirmam os ímpios que o disparate é normal na Biblioteca e que o razoável (e mesmo a humilde e pura coerência) é quase milagrosa exceção. Falam (eu o sei) “a Biblioteca febril, cujos fortuitos volumes correm o incessante risco de transformar-se em outros e que tudo afirmam, negam e confundem como uma divindade que delira”. Essas palavras, que não apenas denunciam a desordem mas que também a exemplificam, provam, evidentemente, seu gosto péssimo e sua desesperada ignorância. De fato, a Biblioteca inclui todas as estruturas verbais, todas as variantes que permitem os vinte e cinco símbolos ortográficos, porém nem um único disparate absoluto. Inútil observar que o melhor volume dos muitos hexágonos que administro intitula-se *Trovão Penteado* e *A Cãibra de Gesso* e outro *Axaxaxas mlô*. Essas proposições, à primeira vista incoerentes, sem dúvida são passíveis de uma justificativa criptográfica ou alegórica; essa justificativa é verbal e, *ex hypothesi*, já figura na Biblioteca. Não posso combinar certos caracteres *dhcmrlchtdj* que a divina Biblioteca não tenha previsto e que em alguma de suas línguas secretas não contenham um terrível sentido. **Ninguém pode articular uma sílaba que não esteja cheia de ternuras e de temores; que não seja em alguma dessas linguagens o nome poderoso de um deus. (...)** (BORGES, 2005, p. 521, grifo meu).

Referências bibliográficas

- BORGES, J. L. A Biblioteca de Babel. In: *Obras completas – volume I (1923-1949)*. São Paulo: Globo, 2005.
- DA COSTA, N. Psicanálise, Dialética e Lógica Paraconsistente. In: *A negação*. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

FREUD, S. (1925). *A negação*. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

LACAN, J. (1962). *O Seminário livro 10, A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

_____, (1967-68). *O Seminário livro 15, O ato psicanalítico*, notas do curso, publicação informal.

SAFATLE, V. Posfácio – Aquele que diz “não”: sobre um modo peculiar de falar de si. In: *A negação*. São Paulo: Cosac Naif, 2014.